



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

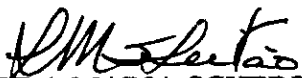
PROCESSO Nº. : 10680/008.355/92-62
RECURSO Nº. : 85.570
MATÉRIA : PIS-DEDUÇÃO - EX. DE 1988
RECORRENTE : REFORMADORA DINIZ LTDA.
RECORRIDA : DRF em BELO HORIZONTE (MG)
SESSÃO DE : 22 de março de 1996
ACÓRDÃO Nº. : 104-13.191

CONTRIBUIÇÃO AO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL - PIS-DEDUÇÃO - DECORRÊNCIA - Pelo princípio da decorrência, o resultado do julgamento do processo matriz reflete no do processo decorrente, em face da inquestionável relação de causa e efeito existente entre as matérias de fato e de direito que informam os dois procedimentos.

TRD - VIGÊNCIA DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA - Por força do disposto no artigo 101 do Código Tributário Nacional e no § 4º do artigo 1º da Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, a Taxa Referencial Diária - TRD só poderá ser cobrada como juros de mora a partir do mês de agosto de 1991, quando entrou em vigor a Lei nº 8.218, de 1991.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por **REFORMADORA DINIZ LTDA.**

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento parcial ao recurso, para excluir a TRD até 31 de julho de 1991, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.


LEILA MARIA SCHERRER LEITÃO
PRESIDENTE E RELATORA

FORMALIZADO EM: **22 MAR 1996**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: NELSON MALLMANN, RAIMUNDO SOARES DE CARVALHO, ROBERTO WILLIAM GONÇALVES, JOSÉ PEREIRA DO NASCIMENTO, SÉRGIO MURILO MARELLO (Suplente Convocado), LUIZ CARLOS DE LIMA FRANCA e REMIS ALMEIDA ESTOL.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

PROCESSO Nº. : 10680/008.355/92-62
ACÓRDÃO Nº. : 104-13.191
RECURSO Nº. : 85.570
RECORRENTE : REFORMADORA DINIZ LTDA.

RELATÓRIO

A contribuinte supra-identificada recorre, a este Conselho, da decisão da autoridade julgadora de primeiro grau que julgou procedente a exigência fiscal formalizada no Auto de Infração de fls. 01.

Trata-se de tributação reflexa de outro processo instaurado contra a mesma contribuinte, na área do imposto de renda/ pessoa jurídica, protocolizado na repartição local sob o no. 10680/008.354/92-08.

Nestes autos, cogita-se da cobrança da contribuição para o Programa de Integração Social - PIS/DEDUÇÃO, correspondente a 5% do IRPJ suplementar devido no exercício de 1988, consoante estabelecido no art. 3º, "a" e § 1º da Lei Complementar nº 07, de 1970.

Mantida parcialmente a tributação no processo matriz em primeira instância, igual sorte coube a este litígio naquele grau de jurisdição, conforme decisão de fls. 18/19.

Dessa decisão a contribuinte foi cientificada em 05.11.93 e, inconformada, ingressou em 03.12.93 com o recurso voluntário de fls. 24.

Como razões de recurso, a contribuinte se fundamenta no princípio da decorrência, que leio em sessão aos ilustres pares.

É o relatório.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

PROCESSO Nº. : 10680/008.355/92-62
ACÓRDÃO Nº. : 104-13.191

VOTO

CONSELHEIRA LEILA MARIA SCHERRER LEITÃO, RELATORA

O recurso é tempestivo. Dele conheço.

Conforme relatado, a tributação objeto deste processo é decorrente da exigência fiscal formalizada na área do IRPJ, objeto do processo de nº 0680/008.354/92-08, cujo recurso foi protocolizado neste Conselho sob o no. 107.490.

Tratando-se de tributação reflexa, o seu suporte fático é o mesmo que embasou a exigência procedida no processo principal, não comportando, por isso mesmo, uma apreciação desvinculada levada a efeito naquele processo. Isto porque, segundo remansosa jurisprudência deste Colegiado, o decidido no processo da pessoa jurídica, quanto a matéria que, por sua natureza ou decorrência de lei acarrete reflexo na tributação das pessoas físicas, na fonte ou contribuições, faz coisa julgada nos processos decorrentes, eis que, houvesse possibilidade de novo pronunciamento sobre os mesmos fatos, poder-se-iam estabelecer eventuais contraditórios desaconselháveis sob o ponto de vista social e legal.

Como o processo principal foi objeto de deliberação na 7ª Câmara deste Primeiro Conselho de Contribuintes, em sessão realizada em 22.02.95, não cabe nestes autos reabrir a discussão em torno da existência do suporte fático da exigência, uma vez que a matéria já foi amplamente debatida e examinada naquela ocasião.

Na oportunidade, aquele Colegiado, por unanimidade de votos, negou provimento ao recurso, como faz certo o Acórdão de nº 107-1.979, de 22.02.95.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

PROCESSO Nº. : 10680/008.355/92-62
ACÓRDÃO Nº. : 104-13.191

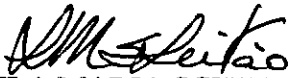
Em face do exposto, outro não poderá ser o julgamento dos presentes autos, pelo princípio da decorrência.

Entretanto, quanto à exigência da TRD, entendo não caber a sua aplicação no período de 01.02.91 a 31.07.91, tendo em vista que a Lei nº 8.218, de 1991, somente entrou em vigência a partir do mês de agosto de 1991.

Sobre a matéria, a Câmara Superior de Recursos Fiscais já se manifestou, conforme entendimento unânime manifesto no Acórdão CSRF/01-1.773, de 17.10.94.

Em face do exposto, voto no sentido de dar provimento parcial ao recurso interposto, considerando não ser devida a TRD acumulada até 31 de julho de 1991.

Sala das Sessões - DF, em 22 de março de 1996


LEILA MARIA SCHERRER LEITÃO